



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) E DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS – CPI FUNAI

REQUERIMENTO Nº , DE 2016

(Do Sr. VALDIR COLATTO)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de REQUISIÇÃO, ao periódico FOLHA DE S. PAULO, da remessa de série de vídeos conforme especifica.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2º da Lei 1.579/52) e regimentais (art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados), requeremos que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de REQUISIÇÃO, ao periódico FOLHA DE S. PAULO, da série de vídeos gravados em aldeias da etnia Xikrin, da Terra Indígena Trincheira Bacajá, no Pará, objeto da reportagem intitulada “Procurador orienta índios contra usina” (Anexa), publicada na edição de 03 de dezembro de 2011, em que o procurador da República FELÍCIO PONTES orienta os índios a exigir mais dinheiro da Norte Energia, empresa responsável pela construção da usina de Belo Monte, requisitando, ainda, informações sobre a jornalista REBECCA SOMMER, autora dos referidos vídeos

JUSTIFICAÇÃO

Para que esta Comissão Parlamentar de Inquérito possa

dispor de informações que permitam a mais ampla visão dos litígios associados a questões indígenas, fundiárias e ambientais instalados no Brasil, é necessário que sejam coligidas informações das mais várias fontes, inclusive o conteúdo dos vídeos mencionados pela reportagem anexa.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado VALDIR COLATTO

B14 mercado ★ ★ ★ SÁBADO, 3 DE DEZEMBRO DE 2011

FOLHA DE S. PAULO

Procurador orienta índios contra usina

Vídeo mostra Felício Pontes, do MPF do Pará, sugerindo etnia Xikrin a cobrar mais dinheiro de Belo Monte

Série de imagens sobre encontro foi postada na web e depois retirada; procurador se diz 'advogado dos índios'

AGNALDO BRITO
DE SÃO PAULO

Numa série de seis vídeos gravados em aldeias da etnia Xikrin, da Terra Indígena Tricheira Bacajá, no Pará, o procurador da República Fe-

lício Pontes orienta os índios a exigir mais dinheiro da Norte Energia, empresa responsável pela construção da usina de Belo Monte.

Pontes é o procurador que mais combate o projeto. Ele participa das 13 ações contra Belo Monte que tramitam na Justiça paraense.

O vídeo, captado e produzido pela jornalista Rebecca Sommer, foi gravado entre os dias 13 e 14 de outubro, numa das aldeias da terra indígena Tricheira Bacajá, no Xingu.

O material chegou a ser disponibilizado por quatro dias (de 17 a 21 de novembro) no YouTube. A Folha apurou que o material foi sacado da web após pedido do Ministério Público Federal do Pará.

O procurador admitiu à reportagem que pediu a retirada dos vídeos e alegou que o fez em razão de a jornalista não ter autorização para divulgação. Mesmo assim, disse que tinha conhecimento da produção do filme. A equipe de filmagem pernitoou na

aldeia com o procurador.

Pontes diz em vários trechos da gravação que a Terra Indígena deve "lutar contra a barragem", mas, caso não seja possível interromper a construção da usina, os indígenas devem se articular e exigir mais dinheiro para compensar impactos ambientais e minimizar os efeitos que o projeto terá sobre o modo de vida da etnia.

"A decisão é parar Belo Monte, mas, se não conseguir, eles têm de pagar vocês

por todos os danos que vão causar a comunidade Xikrin. Essa é a decisão [sic]", diz num trecho do vídeo.

PEIXE

"Vão pagar R\$ 30 mil e ficar com o rio Bacajá, porque não irá ter peixe nele [após a obra de Belo Monte]. É suficiente R\$ 30 mil para tirar o rio, para comprar o rio da gente? [sic]", questiona.

Para o Ministério Público Federal, a mobilização dos Xikrin abre nova frente de

embate contra o projeto. Oficialmente, o rio Bacajá (afluente da margem direita do Xingu) não será afetado pela construção da barragem ou pela redução da vazão.

O Ministério Público diz que a região será impactada, mas ainda aguarda estudos sobre o comportamento do rio para embasar uma nova ação contra o projeto, a 14ª.

A alegação é a de que a diminuição da vazão do Xingu na região da Volta Grande vai também reduzir o nível do rio Bacajá, o que trará problemas para a subida dos peixes para a desova (piracema), além de impossibilitar a navegação. As aldeias Xikrin não possuem acesso por terra. O procurador defende, como compensação, a construção de uma estrada que ligue a aldeia à Transamazônica.

A cidade-base para esses indígenas é Altamira. Além de avião, só de barco é possível alcançar a cidade. De voadeira (pequena embarcação), a viagem entre a aldeia e Altamira pode durar mais de dez horas —na cheia do rio— ou até quatro dias —quando o rio está baixo.

ADVOGADO DOS ÍNDIOS

O procurador diz ser o "advogado dos índios" e afirma ser sua missão alertar os indígenas contra danos do projeto. A reportagem tentou ouvir a Norte Energia sobre o encontro entre o MPF e os indígenas, mas não obteve retorno. A Funai disse que o procurador tem autonomia para visitar as aldeias.

“A decisão é parar Belo Monte, mas, se não conseguir, eles têm de pagar vocês por todos os danos que vão causar à comunidade Xikrin. Essa é a decisão (sic)

FELÍCIO PONTES
procurador da República, em um dos vídeos gravados em aldeias da etnia Xikrin

 **FOLHA.com**
Veja o vídeo do
procurador
folha.com/no1015798